

Cidades-sede do mundial têm limite de empréstimo ampliado

Assunto:

COPA 2014



Cidades-sede do mundial têm limite de empréstimo ampliado

Belo Horizonte e outras 11

capitais que vão sediar os jogos da Copa de 2014 vão poder contratar mais financiamentos para projetos de infraestrutura. O presidente Lula assinou, no dia 19 de julho, uma Medida Provisória (MP) que flexibiliza o limite de endividamento dessas cidades, de 100% para 120% da receita. A medida pouco vai influenciar a capital mineira, que ainda está distante do teto de endividamento.

Pela proposta do governo, as cidades-sede que têm planos de refinanciamento de dívidas com a União poderão ampliar o limite de empréstimos em até 20% do atual, que é de 100% da receita líquida anual do município. Apesar da brecha, o ministro do Esporte, Orlando Silva, garantiu que a medida está em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A proposta também prioriza os desembolsos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projetos de infra-estrutura do Mundial e das Olimpíadas de 2016, e define em mais de R\$ 6,2 bilhões os investimentos do governo federal na reforma e ampliação de 13 aeroportos e sete portos para a Copa. A MP começa a vigorar com força de lei, mas deve ser aprovada pelo Congresso Nacional antes de ser sancionada pelo presidente.

Saúde financeira

Para o vereador João Bosco Rodrigues ?João Locadora? (PT), presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a flexibilização vai permitir, do ponto de vista jurídico, uma capacidade de endividamento que o Município já tem condições econômicas de atingir.

“As contas da Prefeitura demonstram que a cidade está com boa saúde financeira e tem patrimônios e ativos necessários para contratar mais financiamentos”, comentou o parlamentar.

Segundo o líder de governo, vereador Paulo Lamac (PT), o endividamento da capital está em torno de 50% da receita, bem distante do novo teto de 120%. “A MP não traz benefícios para BH, que já tem ótima capacidade de endividamento e de pagamento”, disse.

O que a cidade precisaria, de acordo com Lamac, é da flexibilização de outro índice que regula quanto o Município pode contratar em operações de crédito para investimentos em geral por ano. “A percentagem atual, 16%, é muito baixa”. O vereador afirmou que o governo federal já sinalizou a possibilidade de modificar esse índice.

Responsável pela Informação: Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Terça-Feira, 20 Julho, 2010 - 21:00
